

Financiamento da saúde em tempos de crise econômica: uma análise do custeio da saúde nos municípios do Norte e Noroeste Fluminense

HEALTH FINANCING IN TIMES OF ECONOMIC CRISIS: AN ANALYSIS OF, COSTING HEALTH CARE WITH OWN RESOURCES, IN THE NORTH AND NORTHWEST MUNICIPALITIES OF RIO DE JANEIRO STATE

Resumo:

As prefeituras brasileiras são peças fundamentais na dinâmica federativa para efetivar o direito universal à saúde da população. Os municípios que compõem as Regiões Norte e Noroeste Fluminense sofreram as consequências econômicas da crise do petróleo que assolou o Estado do Rio de Janeiro. A questão analítica expressa-se em verificar o impacto desta crise financeira no custeio da despesa com saúde nos municípios do Norte e Noroeste Fluminense. A pergunta que orientou este artigo se apresenta da seguinte forma: qual foi o grau do impacto da crise econômica do estado do Rio de Janeiro no custeio com saúde paga, com recursos próprios, dos municípios do Norte e Noroeste Fluminense? Os resultados obtidos demonstram que houve diminuições no financiamento da saúde, com recursos próprios, nos municípios do Norte e Noroeste Fluminense no mesmo período que houve sucessivas diminuições das indenizações petrolíferas (2014-2017).

Palavras-chave: Crise dos royalties do petróleo; Sistema Único de Saúde; Municípios do Norte e Noroeste Fluminense.

Abstract:

Brazilian halls are fundamental pieces of the federal dynamics to implement the universal right to public health. The municipalities that comprise the north and northwest regions of the state of Rio de Janeiro State have experienced the economic consequences of the oil crisis that hit the state of Rio de Janeiro. The analytical question is expressed in verifying the impact of this financial crisis on the costing of health expenditure in the municipalities of the north and northwest Rio de Janeiro State. The research question is presented as follows: what is the degree of impact of the economic crisis in the state of Rio de Janeiro on health care costs paid, with own resources, of the municipalities of the north and northwest of Rio de Janeiro? The results were shown to have reduced health rates, with own resources, in the municipalities of the north and northwest of this state in the same period as the successive decreases in oil compensation (2014-2017)

Keywords: Oil royalty crisis; Public Health System (SUS); Municipalities of the north and northwest of Rio de Janeiro State.

João Gabriel Ribeiro Pessanha Leal

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
Graduando em Administração Pública
Telefone: (22) 999226601
e-mail: joaoleal@pq.uenf.br

Vitor de Moraes Peixoto

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ e Professor Associado.
e-mail: moraespeixoto@gmail.com

Introdução

Este artigo explora a relação entre a crise dos royalties da década de 2010 e o custeio da saúde nos municípios do Norte Fluminense e Noroeste Fluminense. O objetivo deste artigo é o de verificar o grau do impacto das diminuições das indenizações petrolíferas para os municípios do estado do Rio de Janeiro no custeio da saúde paga, com recursos próprios, nos municípios do Norte e Noroeste Fluminense.

O artigo está organizado, além desta seção, em mais cinco seções principais. A seção 2 corresponde à revisão bibliográfica, na qual expõe-se o apanhado bibliográfico que contextualiza o objeto pesquisado. A seção 3 indica a metodologia utilizada. A seção 4 apresenta os resultados encontrados. A seção 5 exibe a conclusão da pesquisa. A seção 6 trata das referências bibliográficas.

2. Revisão bibliográfica

2.1 Os municípios brasileiros como peças-chave para provisão do direito à saúde

A Constituição de 1988, apelidada como “Constituição Cidadã”, efetiva a saúde como um direito universal a todo cidadão brasileiro (BRASIL, 1996). Além de garantir esse direito, a CF/88 prevê a formulação de uma rede universal, igualitária e integral de atenção à saúde provida pelo Estado: o Sistema Único de Saúde (SUS). Seguindo o padrão de coordenação de políticas sociais adotado a partir da década de 1990 (ARRETCHE, 1996, 2000; ARRETCHE; MARQUES,

2002; LOTTA; GONÇALVES; BITEMAN, 2014), os municípios possuem papel fundamental na dinâmica para operacionalizar o direito à saúde.

Dessa forma, é relevante saber, para a compreensão deste artigo, que, de modo geral, a operacionalização do Sistema Único de Saúde é umbilicalmente ligada à coordenação e ao financiamento por parte dos municípios brasileiros (SILVA, 2001).

2.2. Royalties do petróleo e os municípios fluminenses

Os royalties constituem-se como uma forma de pagamento de direitos sobre atividades econômicas. Refere-se ao embolso ao poder público por um ativo não renovável que o cede para ser negociado, consumido e explorado por algum grupo econômico (FERNANDES, C. F., 2007). Dessa forma, os royalties do petróleo são uma maneira de compensação econômica pela exploração de uma fonte de energia não renovável (POSTALI, 2007, p. 3).

O estado do Rio de Janeiro é contemplado pela maior bacia petrolífera do Brasil¹. A forma de repartimento dos royalties, adotada a partir da Lei do Petróleo (LEI Nº 9.478), contempla, com maiores volumes de recursos, os municípios com produção em terra ou confrontantes com a plataforma continental onde se realiza a produção (BRASIL, 1997, p. 12). Dessa forma, determinados municípios fluminenses concentram boa parte da parcela de royalties destinada às prefeituras brasileiras (FERNANDES, C. F., 2007; GOMES, 2007; POSTALI, 2007).

No que se refere às duas regiões do estado, que são foco de análise deste trabalho, as duas estão inseridas em um contexto de grandes quantias monetárias de royalties; por outro lado, a bibliografia

aponta que as mesmas apresentam diferenças relevantes em relação aos valores recebidos dessas compensações financeiras.

Somado ao ponto ressaltado, essas regiões apresentam diferenças em diversos outros temas, como o modelo de urbanização; o tipo de fomentação econômica; o modelo de desenvolvimento regional. Desta forma, percebe-se que não há uma homogeneidade entre elas. Em inúmeros aspectos, o Norte e o Noroeste Fluminense caracterizam-se por serem heterogêneas entre si.

Dentro da bibliografia especializada, existem diversas frentes teóricas para a compreensão dos assuntos que pairam sobre os royalties do petróleo. Neste artigo, o tema está abordado a partir de dois aspectos principais, a saber, o primeiro refere-se a algumas associações entre royalties, desenvolvimento econômico local e aumento nos gastos sociais; o segundo tema diz respeito à recente diminuição dos valores arrecadados de royalties pelos municípios do estado do Rio de Janeiro.

2.3 Royalties, desenvolvimento econômico local e gastos sociais

O arcabouço jurídico sobre o tema não especifica formas de como os recursos oriundos das arrecadações de royalties de petróleo devem ser gastos, porém veda a sua utilização para o pagamento de dívidas e quadro permanente de pessoal (BRASIL, 1997, p. 3). Logo, existe uma alta margem de discricionariedade por parte das administrações municipais para a utilização desses recursos. Espera-se que esses sejam aplicados em determinadas áreas que afetam direta ou indiretamente a qualidade de vida dos munícipes (GOMES, 2007); por exemplo, no fomento do desenvolvimento local e no aumento dos gastos sociais.

Utilizam-se aqui dois artigos (POSTALI, 2007; GOMES, 2007) para verificar, por meio da bibliografia especializada, se os royalties do petróleo são utilizados nos municípios para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. No primeiro caso, POSTALI, 2007, nota-se que a afirmação quase natural de que os royalties do petróleo contribuem para o

crescimento do PIB dos municípios que os recebem pode se provar falsa. O achado encontrado pelo artigo caminha em uma direção análoga ao da maldição dos recursos naturais apontada pela literatura especializada, a qual diz que países ricos em recursos naturais tendem a apresentar taxas de crescimento menores que os países relativamente desprovidos (POSTALI, 2007, p. 16).

No segundo caso, GOMES, 2007, encontrou-se uma relação positiva entre municípios recebedores de royalties e maiores gastos sociais. Por outro lado, devido à forma de partilha dos royalties, alguns municípios são beneficiados com muitos recursos e a maior parte, com pequenas parcelas. Encontrou-se uma diferença expressiva no gasto social per capita entre os municípios com maior receita e os com menor receita de royalties (GOMES, 2007, p. 27).

2.4 A crise nas arrecadações de royalties nos municípios do estado do Rio de Janeiro

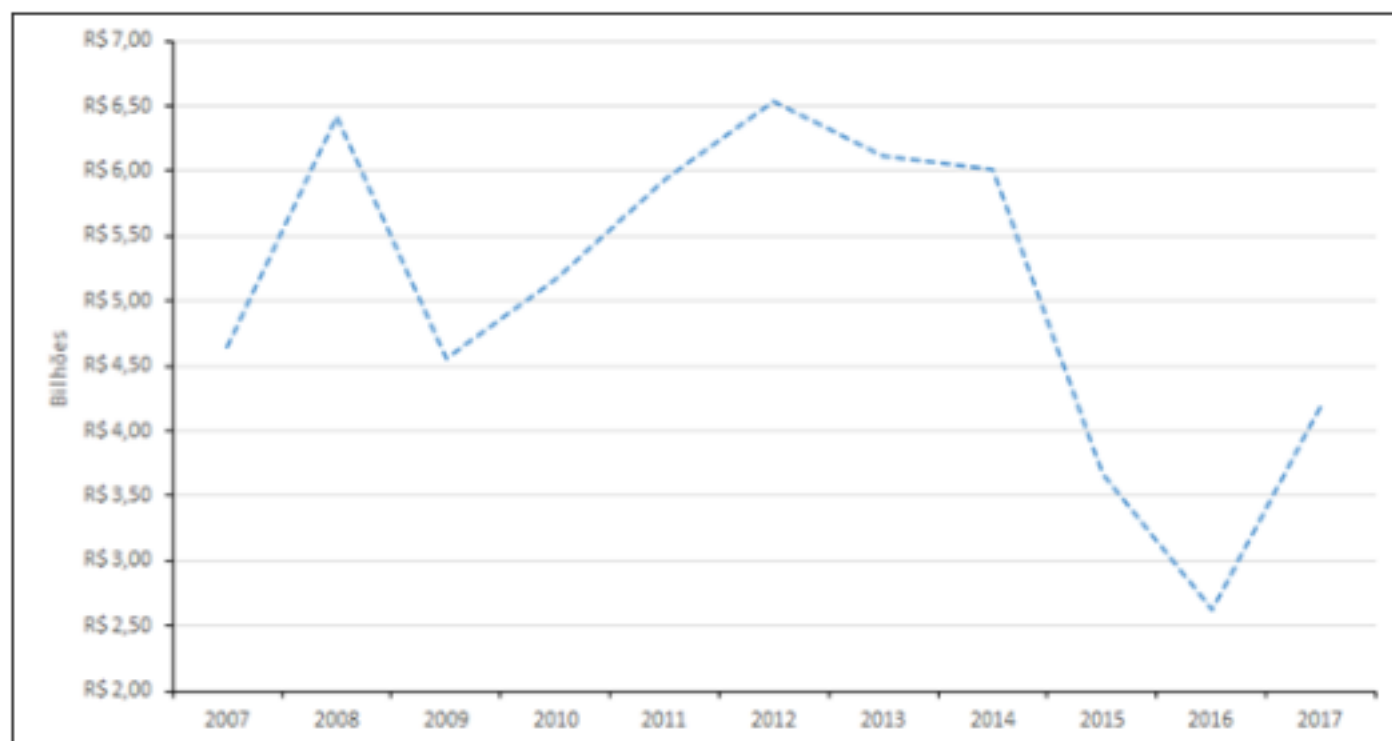
O valor dos repasses mensais das rendas petrolíferas aos municípios produtores do estado do Rio de Janeiro sofreram, a partir do ano de 2014, quedas drásticas devido à baixa no preço do barril do petróleo no mercado internacional (ALCIMAR DAS CHAGAS RIBEIRO, JOSÉ RAMON ARICA CHAVEZ, 2015, p. 9; CRUZ, 2015; JOSÉ LUIS VIANNA DA CRUZ, 2016). A lei do petróleo prevê quatro tipos de indenização para os municípios produtores de recursos hidrocarbonetos e/ou por ele afetados (FERNANDES, C. F., 2007, p. 13; POSTALI, 2007, p. 18). São eles os royalties, as participações especiais, o bônus de assinatura e o pagamen-

to pela ocupação ou retenção de área (BRASIL, 1997).

Os cálculos-base para mensurar os preços dessas indenizações sofrem fortes influências das oscilações do preço do barril do petróleo em escala internacional. No ano de 2014, houve sucessivas baixas no preço do barril do petróleo; em agosto de 2014, cotou-se a US\$115,00 e, em dezembro de 2014, caiu para o patamar de US\$45,00 (CRUZ, 2015, p. 5). Diante desse cenário, as participações governamentais sofreram quedas radicais.

O gráfico a seguir esclarece em valores as diminuições nos montantes arrecadados pelos municípios:

Gráfico 1: O valor nominal dos royalties e participações especiais distribuídos aos municípios do Rio de Janeiro, em bilhões (2007 - 2017).



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Info Royalties. Os valores foram deflacionados pelo IPC tendo como base janeiro de 2018.

O Gráfico 1 nos permite visualizar os valores nominais de recursos provenientes de royalties e participações especiais para os municípios do estado do Rio de Janeiro.

O principal impacto ao visualizar o gráfico é a queda brusca percebida entre os anos de 2014 e 2016. Em dois anos, os valores passam de, aproximadamente, R\$ 6 bilhões para, aproximadamente, 2,6 bilhões, ou seja, uma diminuição percentual maior que 50%. No ano de 2017, percebe-se uma recuperação; entretanto, comparada aos montantes observados nos anos anteriores, a diferença é discrepante.

O resultado obtido no gráfico explicita as diminuições drásticas na arrecadação municipal. Neste sentido, os municípios que compõem o Norte Fluminense e o Noroeste Fluminense, no período entre 2014 e 2016, sofreram com o reflexo econômico negativo da crise dos royalties do petróleo no estado do Rio de Janeiro. Observou-se, na primeira sessão deste trabalho, a importância da receita municipal própria para a o financiamento da saúde. Dessa forma, a chave analítica deste artigo é verificar a relação entre a crise do petróleo e o custeio da saúde nos municípios do Norte Fluminense e Noroeste Fluminense.

3. Metodologia

Para tal, a pesquisa utiliza a metodologia quantitativa com duas variáveis dependentes, a saber, a de despesas pagas com recursos próprios e a de despesas pagas com recursos próprios por habitante. Recursos próprios são identificados como recursos oriundos da tributação municipal direta e das transferências intergovernamentais obrigatórias, por força constitucional ou legal, oriundas da União ou dos estados.

Para validar metodologicamente a comparação dos valores durante os anos, os mesmos foram deflacio-

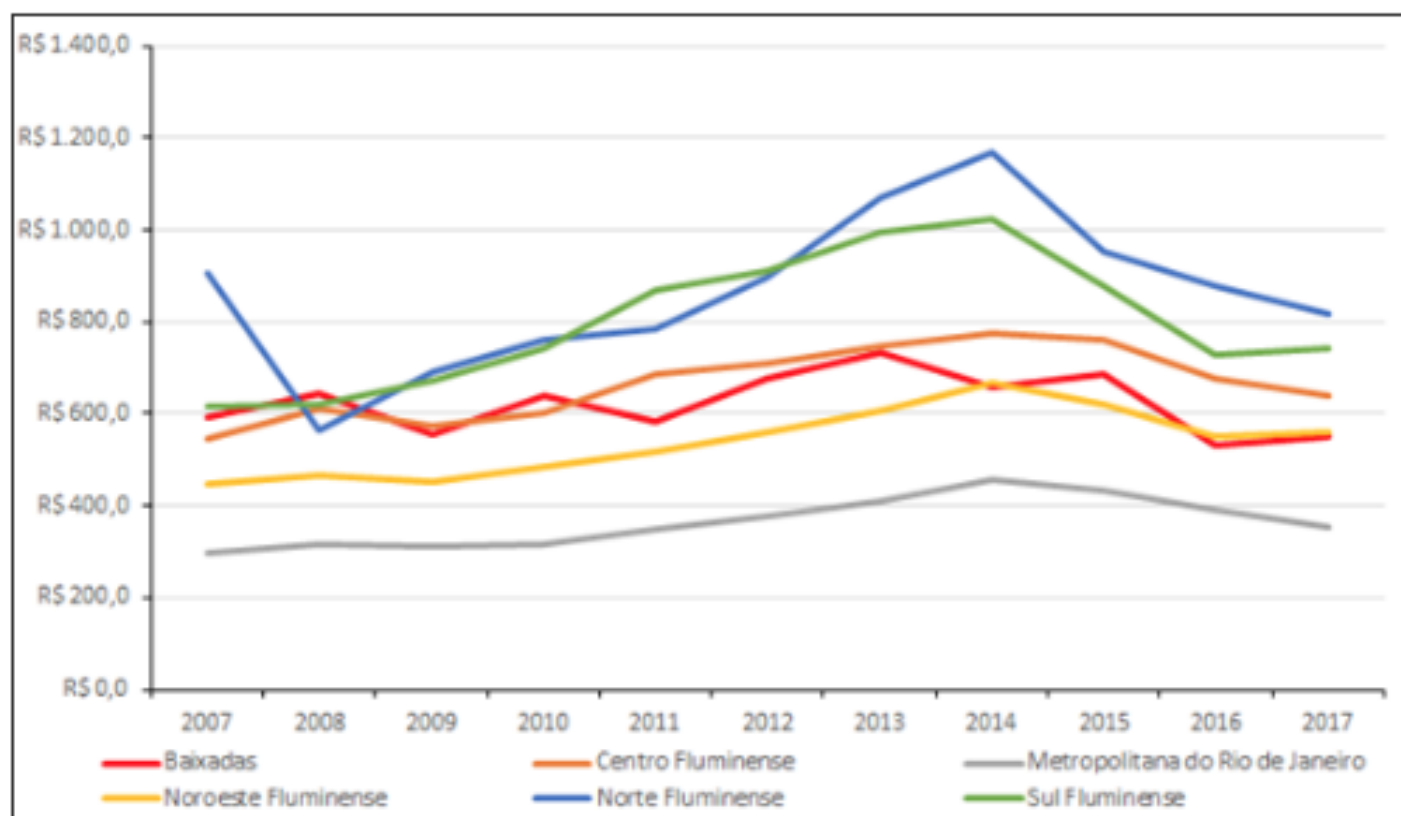
nados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A) do IBGE, tendo como base janeiro de 2018. O recorte espacial contempla os municípios que compõem o Norte e o Noroeste Fluminense. O recorte temporal contempla o ano de 2010 até o ano de 2017. Os dados da pesquisa foram coletados na plataforma digital denominada Sistema de Informações sobre o Orçamento Público (SIOPS) e na plataforma digital denominada Info Royalties.

4. Resultados

O Gráfico 2 nos permite visualizar os valores gastos de recursos próprios por habitante, para o pagamento de despesas com saúde, distribuídos pelas mesorre-

giões do estado do Rio de Janeiro. Durante o tempo analisado, percebe-se uma diferença no comportamento da variável entre as mesorregiões.

Gráfico 2: A média das despesas com saúde pagas com recursos próprios municipais, por habitante, pelas mesorregiões do estado do Rio de Janeiro (2007-2017).



Fonte: As informações são oriundas do Sistema de informações sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS). Elaboração dos autores (PAIM, 2009).

Ao aguçar o olhar para a Mesorregiões Norte Fluminense e Noroeste Fluminense, o principal foco do presente trabalho, percebem-se, ao menos, duas constatações. A primeira constatação se refere aos valores despendidos pelos municípios do Noroeste Flu-

minense que permanecem, praticamente inalterados. Em comparação com as outras regiões, longitudinalmente, os gastos médios nesta mesorregião sofreram poucas alterações.

A segunda constatação diz respeito ao comportamento oscilante do Norte Fluminense. Na referida mesorregião, percebe-se um aumento crescente dos recursos próprios na saúde no período entre 2008 e 2014. A partir de 2014, observam-se quedas constantes nos valores até o último ano analisado. No referido período, os municípios do Norte Fluminense deixaram de despender por volta de R\$ 351,5 reais de recursos próprio, por habitante, na saúde. Este dado é relevante visto que esta queda converge com o período de diminuição dos royalties do petróleo no estado do Rio de Janeiro, como notado no Gráfico 2.

De maneira geral, ao menos três pontos são relevantes na visualização do Gráfico 3. O primeiro diz respeito ao menor valor gasto com recursos próprios, por

habitante, para o pagamento de despesas com saúde, pela mesorregião metropolitana do estado. O segundo ponto se refere à estabilidade nos gastos nas Mesorregiões Centro Fluminense, Baixada Fluminense e Noroeste Fluminense. O terceiro e último ponto refere-se às oscilações dos gastos na Mesorregião Norte Fluminense. Ressaltam-se as diminuições dos valores a partir de 2014, mesmo período da diminuição da arrecadação dos royalties do petróleo. Na próxima tabela, a lente da pesquisa dá um zoom, especificamente, no Norte Fluminense e no Noroeste Fluminense com o objetivo de visualizar o pagamento de despesas com saúde com recursos próprios em cada município que compõe essas duas mesorregiões.

TABELA 1: VALORES GASTOS COM PAGAMENTO DE DESPESAS COM SAÚDE, COM RECURSOS PRÓPRIOS, NOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE FLUMINENSE E DO NORTE FLUMINENSE (2010 – 2007).

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição % 13/17	Participação na região (2017)
Noroeste Fluminense	R\$ 121.641.235	R\$ 134.989.896	R\$ 141.879.011	R\$ 159.197.307	R\$ 165.757.152	R\$ 155.495.832	R\$ 149.346.377	R\$ 150.432.242	-5,5	100%
Aperibé	R\$ 6.538.373	R\$ 5.106.518	R\$ 5.253.949	R\$ 4.969.993	R\$ 10.739.900	R\$ 11.185.948	R\$ 9.074.522	R\$ 9.418.166	89,5	6%
Bom Jesus do Itabapoana	R\$ 11.775.272	R\$ 11.641.497	R\$ 14.456.023	R\$ 17.251.247	R\$ 17.518.034	R\$ 14.979.090	R\$ 15.065.389	R\$ 15.095.281	-12,5	10%
Carbuci	R\$ 5.218.516	R\$ 6.222.032	R\$ 5.934.802	R\$ 8.129.395	R\$ 9.624.053	R\$ 9.808.596	R\$ 8.012.377	R\$ 8.343.955	2,6	6%
Itaíba	R\$ 7.040.796	R\$ 8.519.994	R\$ 10.373.659	R\$ 10.778.139	R\$ 11.083.676	R\$ 9.736.196	R\$ 8.077.013	R\$ 7.912.895	-26,6	5%
Itaocara	R\$ 8.449.660	R\$ 9.432.326	R\$ 9.794.702	R\$ 10.461.820	R\$ 12.126.549	R\$ 10.105.863	R\$ 9.739.667	R\$ 10.517.360	0,5	7%
Itaperana	R\$ 25.402.325	R\$ 35.087.097	R\$ 28.499.315	R\$ 34.084.645	R\$ 31.286.592	R\$ 28.919.655	R\$ 33.757.848	R\$ 36.270.366	6,4	24%
Laje do Muriaé	R\$ 5.847.899	R\$ 7.017.531	R\$ 6.763.994	R\$ 8.414.672	R\$ 8.333.452	R\$ 7.093.028	R\$ 5.857.949	R\$ 6.030.647	-28,3	4%
Miracema	R\$ 12.584.250	R\$ 11.069.111	R\$ 11.950.067	R\$ 17.242.600	R\$ 14.268.648	R\$ 12.962.803	R\$ 13.806.728	R\$ 12.447.564	-27,8	8%
Natividade	R\$ 5.954.737	R\$ 6.247.429	R\$ 6.695.725	R\$ 7.277.507	R\$ 8.038.883	R\$ 7.842.124	R\$ 6.167.846	R\$ 5.740.753	-21,1	4%
Porciúnculo	R\$ 7.350.509	R\$ 7.274.928	R\$ 10.302.072	R\$ 9.241.860	R\$ 8.739.220	R\$ 7.277.572	R\$ 8.009.806	R\$ 8.617.205	-6,8	6%
São Gonçalo	R\$ 13.666.478	R\$ 15.272.568	R\$ 18.308.352	R\$ 18.254.649	R\$ 19.267.089	R\$ 22.107.620	R\$ 19.904.967	R\$ 17.440.663	-4,5	12%
São José de Ubá	R\$ 7.895.055	R\$ 7.816.048	R\$ 8.934.146	R\$ 8.454.153	R\$ 8.561.244	R\$ 8.005.013	R\$ 6.888.593	R\$ 7.238.776	-14,4	5%
Varej-Sai	R\$ 3.937.364	R\$ 4.282.818	R\$ 4.612.205	R\$ 4.636.628	R\$ 6.169.812	R\$ 5.472.343	R\$ 5.003.672	R\$ 5.538.611	15,6	4%
Norte Fluminense	R\$ 527.073.850	R\$ 680.259.083	R\$ 798.781.617	R\$ 959.659.749	R\$ 1.152.016.447	R\$ 1.091.928.110	R\$ 1.061.916.683	R\$ 835.039.898	-13,0	100%
Campos dos Goytacazes	R\$ 209.278.849	R\$ 290.831.775	R\$ 293.785.201	R\$ 372.348.543	R\$ 385.726.027	R\$ 366.243.424	R\$ 450.227.677	R\$ 287.500.078	-22,8	34%
Carapicúba	R\$ 19.646.783	R\$ 15.965.772	R\$ 17.625.244	R\$ 23.111.342	R\$ 21.321.430	R\$ 18.920.920	R\$ 15.680.863	R\$ 10.234.821	-55,7	1%
Cardoso Moreira	R\$ 7.812.416	R\$ 8.262.984	R\$ 9.367.639	R\$ 9.662.822	R\$ 8.348.064	R\$ 7.777.873	R\$ 7.361.639	R\$ 7.801.592	-19,3	1%
Conceição de Macabu	R\$ 10.145.350	R\$ 10.624.153	R\$ 13.119.205	R\$ 12.732.665	R\$ 12.991.288	R\$ 12.964.030	R\$ 9.353.730	R\$ 9.532.994	-25,1	1%
Macaé	R\$ 207.129.436	R\$ 271.144.914	R\$ 370.379.244	R\$ 420.567.117	R\$ 581.800.386	R\$ 601.236.271	R\$ 487.040.359	R\$ 413.019.997	-1,8	49%
Quissamã	R\$ 25.022.085	R\$ 26.710.234	R\$ 26.148.130	R\$ 35.984.608	R\$ 32.217.347	R\$ 29.729.865	R\$ 26.101.503	R\$ 25.675.292	-28,6	3%
São Fidélis	R\$ 11.064.722	R\$ 11.488.496	R\$ 13.597.547	R\$ 14.460.486	R\$ 12.519.177	R\$ 13.184.636	R\$ 12.853.788	R\$ 11.377.648	-21,3	1%
São Francisco de Itabapoana	R\$ 16.704.770	R\$ 15.718.936	R\$ 17.300.332	R\$ 18.988.726	R\$ 22.223.188	R\$ 17.799.598	R\$ 15.840.690	R\$ 16.406.596	-13,6	2%
São João da Barra	R\$ 20.269.440	R\$ 29.511.819	R\$ 37.459.075	R\$ 51.803.440	R\$ 74.869.538	R\$ 24.071.493	R\$ 37.456.433	R\$ 53.490.881	3,3	6%

Fonte: Os dados foram retirados do SIOPS. Elaboração dos autores. Os valores foram deflacionados pelo IPC tendo como base janeiro de 2018.

A Tabela 1 esclarece o gasto com o custeio da saúde, com recursos próprios, nos municípios que compõem o Noroeste Fluminense e Norte Fluminense. A visualização desta tabela permite verificar quais são os municípios que mais despendem valores próprios para o pagamento de despesa com saúde nessa mesorregião. O foco da análise volta-se para o comportamento da variável no período entre 2013 e 2017, quando apontaram-se sucessivas diminuições dos repasses de royalties e participações especiais nos municípios

fluminenses.

Aguça-se agora o olhar para o comportamento da variável em cada município do Noroeste Fluminense. Percebe-se que, em oito dos 13 municípios, houve diminuição do volume de recursos próprios aplicados à saúde. Em três desses, verificam-se diminuições superiores a 20 casas percentuais. Os aumentos notados em cinco municípios foram expressivamente inferiores comparados às diminuições notadas nos outros oito municípios que compõem a referida mesorregião.

Agora, o foco da análise volta-se para os resultados obtidos nos valores correspondentes aos municípios que formam a Mesorregião Norte Fluminense. O principal impacto, ao visualizar a segunda parte da Tabela 1, é a queda nos valores despendidos pelos municípios que compõem o Norte Fluminense para o pagamento de despesas com saúde com recursos próprios. Da mesma forma que no Noroeste Fluminense, os municípios do Norte Fluminense diminuíram a quantia despendida para o custeio da saúde. No Norte do estado, esta diminuição foi quase três vezes maior percentualmente do que a diminuição de recursos notada no Noroeste do estado. Neste período, os valores passaram de, aproximadamente, R\$ 960 milhões para, aproximadamente, 835 milhões, uma queda percentual de 13 casas decimais.

Quando se visualizam os municípios de Campos dos

5. Conclusão

O objetivo principal deste artigo foi o de mensurar o grau do impacto da crise dos royalties do petróleo no pagamento de despesas com saúde, com recursos próprios, nos municípios do Norte e no Noroeste Fluminense. Os resultados demonstrados no trabalho geraram insumos para serem feitas algumas associações entre a queda no volume de recursos, oriundos das indenizações petrolíferas nos municípios fluminenses, e a diminuição do pagamento de despesas com saúde com recursos próprios municipais.

Os resultados obtidos demonstraram que houve diminuições no financiamento da saúde, com recursos próprios, nos municípios do Norte e Noroeste Fluminense no mesmo período que houve sucessivas diminuições das indenizações petrolíferas (2014- 2017). Nota-se essa queda no financiamento da saúde, principalmente, nos municípios do Norte Fluminense, mesorregião detentora dos municípios que concentram a maior parcela de recursos oriundos de indenizações petrolíferas no estado do Rio de Janeiro.

A título de exemplificação, em Campos dos Goytacazes, entre 2013 e 2017, deixou-se de ser aplicado,

Goytacazes e Macaé, municípios que são apontados pela bibliografia como detentores das maiores parcelas dos valores oriundos das indenizações petrolíferas, é relevante ressaltá-los, pois portam uma grande influência para o desenvolvimento das regiões aqui destacadas. Essa influência origina-se por motivos relacionados a questões estratégicas, econômicas e políticas.

Percebe-se que os dois tiveram diminuições nos valores recebidos, entretanto, com intensidades diferentes. No município de Macaé, verifica-se uma diminuição de 1,8 casas percentuais, valor muito menor do que a diminuição verificada em Campos dos Goytacazes. Neste município, entre 2013 e 2017, deixou de ser aplicado, de receita própria, um montante de R\$ 84.848.465 milhões de reais no pagamento de despesas com saúde, ou seja, uma diminuição de 22,8 casas percentuais.

de receita própria, um montante de R\$ 84.848.465 milhões de reais no pagamento de despesas com saúde. Dessa forma, os resultados obtidos nesta pesquisa constataram que o impacto da crise dos royalties do petróleo apresenta-se como extremamente negativo para o financiamento da saúde com recursos próprios municipais.

É relevante ressaltar que, dentro da bibliografia especializada, há trabalhos que identificam uma relação entre melhores índices de qualidade no serviço público de saúde e maiores volumes de investimentos no SUS (BARATA, 2006; TRAVASSOS. Et al, 2000; ZUCCHI, 2000; TRAVASSOS. Et al, 2004). Desta forma, essas diminuições dos recursos para o sistema de saúde propiciam efeitos concretos na vida dos cidadãos que utilizam o referido sistema.

O arrocho fiscal destacado neste artigo pode impactar diretamente a qualidade de toda a complexa rede de serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde para a população, haja vista que o financiamento municipal é um dos principais fatores para o custeio do SUS.

6. Bibliografia

- ALCIMAR DAS CHAGAS RIBEIRO, JOSÉ RAMON ARICA CHAVEZ, V. P. Os reflexos da queda das rendas do petróleo nos principais municípios da Bacia de Campos. *Petróleo, Royalties e Região*, v. XIII, p. 8–10, 2015.
- ARRETICHE, M. Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização. [S.l.: s.n.], 2000.
- ARRETICHE, M. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 11, n. 31, p. 44–66, 1996.
- ARRETICHE, M.; MARQUES, E. Municipalização da saúde no Brasil: diferenças regionais, poder do voto e estratégias de governo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 7, n. 3, 2002.
- BARATA, B. R. Acesso e uso de serviços de saúde considerações sobre os resultados da Pesquisa de condições de vida 2006. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 22, n. 2, p. 19-29, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.
- CRUZ, J. L. V. DA. Que Crise é Essa? A Queda na Arrecadação das Rendas Petrolíferas nos Municípios da Região Produtora do Estado do Rio de Janeiro. *Petróleo, Royalties e Região*, v. XIV, p. 4–7, 2015.
- FERNANDES, C. F. A Evolução da Arrecadação de Royalties do Petróleo no Brasil e seu Impacto sobre o Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Instituto de Economia, 2007.
- GOMES, R. DE S. A influência dos royalties de petróleo no gasto social: o caso dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. [S.l.: s.n.], 2007.
- LOTTA, G. S.; GONÇALVES, R.; BITELMAN, M. A Coordenação Federativa de Políticas Públicas: uma análise das políticas brasileiras nas últimas décadas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 19, n. 64, 2014.
- LUCHESI, P. T. R. Descentralização do financiamento e gestão da assistência à saúde no Brasil: a implementação do Sistema Único de Saúde—retrospectiva 1990/1995. *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 14, p. 75–158, 1996.
- PIOLA, S. F. Transferências de recursos federais do Sistema Único de Saúde para estados, Distrito Federal e municípios: os desafios para a implementação dos critérios da Lei Complementar no 141/2012. 2017.
- SILVA, S. F. DA. Municipalização da saúde e poder local: sujeitos, atores e políticas. [S.l.: s.n.], 2001.
- TRAVASSOS, C.; VIACAVA, F.; FERNANDES, C.; ALMEIDA, C.F. Desigualdades geográficas e sociais na utilização de serviços de saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1):133-149, 2000.
- TRAVASSOS, C.; MARTINS, M. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 20 Sup 2:S190-S198, 2004.
- POSTALI, F. A. S. Efeitos da distribuição de royalties do petróleo sobre o crescimento dos municípios no Brasil: utilizando a lei do petróleo como um experimento natural. *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, v. 35, 2007.
- ZUCCHI, P.; NERO, C.D.; MALIK, A.M. Gastos em saúde: os fatores que agem na demanda e na oferta dos serviços de saúde. *Saúde e Sociedade* 9 (1/2): 127-150, 2000.